

REVISTA

S E M

TERRA

Da educação infantil a universidade

*A luta protagonizada pelos Sem Terra busca
ressignificar a função social da educação*

ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES: UMA CONQUISTA QUE PRECISAMOS MANTER!

A ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES PRECISA DA SUA AJUDA
PARA SE MANTER EM FUNCIONAMENTO.

EM DEZEMBRO DE 2009, UM GRUPO DE INTELLECTUAIS, PROFESSORES, MILITANTES
E COLABORADORES RESOLVEU CRIAR A "ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA ESCOLA
NACIONAL FLORESTAN FERNANDES"

OS RECURSOS ANGARIADOS PELA ASSOCIAÇÃO SÃO DIRETAMENTE DESTINADOS ÀS
ATIVIDADES DA ESCOLA. EVENTUALMENTE, PARTE DESSES RECURSOS É USADA NA
ORGANIZAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES (SEMINÁRIOS, MOSTRAS DE ARTE E
FOTOGRAFIA, FESTIVAIS DE MÚSICA E CINEMA ETC.), CUJOS RECURSOS TAMBÉM
SÃO DESTINADOS À ENFF.



PARA OBTER MAIS INFORMAÇÕES SOBRE COMO PARTICIPAR E CONTRIBUIR PROCURE
A SECRETARIA EXECUTIVA:

RUA DA ABOLIÇÃO Nº 167 - BELA VISTA - SÃO PAULO - SP - BRASIL - CEP 01319-030
TELEFONES: (55.11) 3105-0918 - 99454-9030 - ASSOCIACAO@AMIGOSENFF.ORG.BR

WWW.AMIGOSENFF.ORG.BR

Índice

Editorial, 04

O educando de ontem é o professor de hoje, 06

Sem Terra constroem a primeira escola do campo, 10

Rompendo a cerca de exclusão escolar, 16

Entrevista: Edgar Kolling, 21

De Cuba para o Brasil, as lições que ultrapassam fronteiras, 24

De mãos dadas com o povo, 32

A necessidade faz a luta, 38

Promoção:

 Instituto
Cultivar

Apoio:



**Développement
et Paix**



CAFOD
Just one world

Brot
für die Welt



Façamos da vida seu princípio educativo

A educação entrou na vida do MST ainda na sua gestação. Antes mesmo da fundação do Movimento, as famílias sem-terra acampadas na Encruzilhada Natalino, no Rio Grande do Sul (1981), perceberam a necessidade de se organizar em torno dessa pauta.

Os percalços concretos da luta fizeram com que aquelas famílias organizassem um cuidado pedagógico com as crianças acampadas, assim como perceberam que a escola e o acesso ao conhecimento também é um direito básico e fundamental.

Da necessidade intrínseca ao Movimento, que ainda estava se consolidando e se estruturando ao longo dos anos 80, decidiu-se por organizar e aprofundar o trabalho de educação das novas gerações, e elaborar uma proposta político pedagógico específico às escolas dos acampamentos e assentamentos. Com isso, em 1987 se formaliza a criação do setor de educação do MST, durante o Encontro Nacional de Professores dos Assentamentos, em São Mateus (ES).

Sob o projeto de Reforma Agrária do MST, a luta por escolas públicas dentro das áreas de assentamentos e acampamentos da Reforma Agrária não fica por menos. Tão importante quanto o acesso à terra é o acesso à escola pelos Sem Terra.

Dessa percepção, muitas foram as conquistas alcançadas pelo Movimento após 30 anos de luta. No que tange a educação, essas conquistas se expressam nas mais de 2 mil escolas públicas (estaduais e municipais) construídas em acampamentos e assentamentos que garantem o acesso à educação a mais de 200 mil crianças, adolescentes, jovens e adultos Sem Terra. Boa parte dos mais de 8 mil educadores e educadoras que atuam nessas escolas foram formadas pelo próprio Movimento.

O trabalho de alfabetização desenvolvido nos últimos anos foi responsável por alfabetizar cerca de 50 mil jovens e adultos em todo o país. Sem falar nos mais de 100 cursos de graduação em parceria com universidades públicas, responsável por formar mais de 2.000 educadores.

Umas das lições tiradas ao longo destas três décadas são de que a escola tem que estar onde o povo se encontra, e que os camponeses têm o direito e o dever de participar da construção do seu projeto de escola. Criou-se, então, a noção da Educação do Campo.

Assim, construiu-se uma concepção de educação, um método de fazer a formação das pessoas, uma concepção de escola, em diálogo com teorias sociais e pedagógicas produzidas por outras práticas de educação dos trabalhadores em diferentes lugares e tempos históricos.

Sob a Educação do Campo levam-se em conta questões referentes ao trabalho, a cultura, aos valores, o conhecimento e as lutas sociais dos camponeses e ao embate de classe entre projetos de campo e modelos de agricultura, que se refletem no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana.

A escolarização da população do campo é apenas uma parte desse processo. Compreendemo-la como um conceito mais amplo, que engloba todos os processos sociais de formação das pessoas como sujeitos de seu próprio destino.

Mas se muitas foram as conquistas ao longo desses 30 anos de existência, muitos também são os desafios que estão colocados. A começar pela luta contra o fechamento de mais de 37 mil escolas no campo durante a última década, segundo dados do próprio Censo Escolar do Ministério da Educação (MEC). Sem falar dos 13 milhões de brasileiros que ainda são analfabetos, o que corresponde a 8,3% do total da população com 15 anos ou mais de idade. No campo, o número de analfabetos sobe para cerca de 23%.

O direito a educação no local em que se vive está garantido na nossa Constituição Federal. Entretanto, sabemos que no atual estágio da história da nossa humanidade, por mais que seja um direito, ele não é dado, tem que ser conquistado por meio da luta.

E é dessa forma que a luta protagonizada pelos camponeses, da educação infantil a universidade, os tem desafiado a ocupar esses espaços na perspectiva de sujeitos, humanos, sociais, coletivos, com a vida real e por inteiro, trazendo as contradições sociais, as potencialidades e os conflitos humanos para dentro do processo pedagógico. E com isso, visam resignificar a função social originária da educação, ao fazer da vida seu princípio educativo.

Secretaria Nacional do MST



>> O educando de ontem
é o professor de hoje

Por **Ismael Machado** | Fotos **Raimundo Pacó**

As escolas do Assentamento Palmares 2, em Paraúpebas (PA), tem as raízes fincadas em 1994, quando se iniciou o processo de luta por aquelas terras

É um percurso longo o que Larissa, de quatro anos, percorre todos os dias do assentamento Liberdade ao assentamento Palmares 2 para assistir aulas. Embora os ônibus escolares sejam novos, é um caminho acidentado, que atravessa o município de Paraúpebas, no sudeste do Pará.

Larissa nasceu com um problema congênito que dificulta a fala, por isso tem acompanhamento de uma fonoaudióloga. Na escola Salete Moreno não se fala em inclusão, porque inclusão faz parte de uma vivência cotidiana, não apenas pedagógica.

São duas escolas criadas pelo MST no assentamento Palmares 2. A primeira tem um nome sugestivo: Crescendo na Prática. “Ela surgiu como todas as outras escolas do MST, colada ao processo de ocupação da terra”, explica a diretora Clívia Regina, de 39 anos.

A ocupação em questão ocorreu em 26 de junho de 1994, numa área então conhecida como Cinturão Verde, uma concessão da empresa de mineração Vale. Mais de 2 mil famílias se instalaram no que seria o futuro Palmares.

As famílias foram despejadas, mas não desistiram. Fincaram os pés em frente à Câmara Municipal e depois ocuparam a sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Marabá.

Foi em frente à sede do órgão federal que surgiu a escola. Era agosto de 1994. “Tinha muitas crianças de pais acampados. Então começamos a ver quem

tinha habilidade no ensino e a organizar as aulas”, lembra Clívia.

O começo foi difícil: as aulas eram ministradas embaixo de árvores. Não demorou e os próprios integrantes do acampamento começaram a articular melhor o espaço. “Quem tinha mais escolaridade assumia as aulas”, diz a diretora.

A professora pioneira foi Francisca Maria Ferreira, de 49 anos (foto de capa). “Cortei as primeiras palhas para fazer a escola. Foi um período de muita dificuldade, mas de boas lembranças também”, diz ela.

Com o processo de luta pela terra em Paraúpebas, a escola passou a ter apoio municipal depois de uma tragédia: o Massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996.

“Através de muitas negociações, mobilizações e lutas que a escola se ergueu. Os professores começaram a ser remunerados. A comoção que houve depois do massacre

acabou gerando conquistas maiores para o Movimento”, lembra Clívia. Foi quando houve maior liberação da terra, recursos, créditos e postos de saúde para os Sem Terra.

Nova fase

Em 1998 veio o primeiro concurso público municipal para educadores locais. Cinco que obtiveram a aprovação pertenciam ao Movimento. Os demais vinham de Paraúpebas, trazendo ideias pré-concebidas sobre o MST.

“O assentamento transformou-se num bairro de Paraúpebas. A comunidade possui em torno de 10 mil habitantes. São 1364 alunos e, no total, 53 educadores

Foi um processo complicado de inserção. Nesse período, a Universidade Federal do Pará (UFPA) entrou com os cursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), e parte dos educadores fizeram o curso.

O aperfeiçoamento é uma busca contínua. Graduação e pós-graduação nem de longe passaram a ser ideias inalcançáveis. A escola, atualmente, possui três pessoas na coordenação. Messias Silva Marques e Robilene da Silva Souza, por exemplo, são ex-alunos da escola.

O Assentamento Palmares 2 cresceu além do que se esperava. Transformou-se num bairro de Parauapebas. A comunidade possui em torno de 10 mil habitantes. São 1364 alunos e, no total, 53 educadores.

Como não poderia deixar de ser, o assentamento passou a sofrer também a influência do município sede. O custo de vida é alto em Parauapebas e isso se reflete na comunidade. Mas os procedimentos da escola também alargam as visões.

Muitos professores não vivenciaram o processo de ocupação e conquista da terra. A pedagogia implantada muitas vezes entrava em choque, mas o que a escola Crescendo na Prática traz, além de tudo, é um jeito diferente de abordar os temas em sala de aula.

“Trabalhamos com uma temática que tenha a ver com nossa história”, diz Clívia Regina. Esse ano, por exemplo, o tema gerador é justamente os 20 anos da ocupação Palmares. “Estamos rompendo com a ideia de datas comemorativas. A visão é de outra forma, mais ampla”, garante.

A escola possui um amplo espaço, mas que vem se tornando cada vez mais ‘apertado’ devido à demanda. Nas paredes, há lembranças de personagens simbólicos para a esquerda brasileira, como Paulo Freire, Oscar Niemeyer e Che Guevara.

Em toda parte também há referências ao Movimento, à luta pela posse da terra. Na sala da diretoria, uma pintura lembra o Massacre de Carajás.

>> “Se calarmos as pedras gritarão”

“Se calarmos as pedras gritarão”, estampa uma frase na parede do refeitório. Nas salas, crianças e adolescentes uniformizados e atentos às aulas. No laboratório de informática, 23 computadores com crianças curiosas em frente a eles.

“Trabalho aqui de acordo com o que as professoras ministram em sala”, diz a professora Maria Lidianne. Ainda há dificuldade em relação à conexão com internet, mas é um projeto futuro, de acordo com a diretora.

Ministrar aula em uma escola com as características de estar inserida no contexto de luta social faz parte do idealismo de alguns profissionais. Como a maranhense Débora Correia (foto), 32 anos.

“A educação no campo considera a realidade do sujeito”, diz ela. O exemplo que dá é bem sugestivo. “Penso que nenhuma outra escola vai trabalhar com a ideia do Massacre de Eldorado dos Carajás”.

Segundo a professora, o MST é um espaço pedagógico

muito rico, que contextualiza a história na visão dos trabalhadores do campo. “A gente pensa em criar cidadãos conscientes. É isso que queremos”, afirma.

É o que move também a professora Isabel Soares Carvalho, de 29 anos, ex-aluna da escola. “Cheguei aos 12 anos de idade. Estudei o ensino fundamental completo até a oitava série quando ainda era uma escola de palha”.

Isabel concluiu o magistério pelo Pronea em 2004. Foi para outro assentamento, lutar pela terra e dar aulas. Em 2008, passou no vestibular para Arte-Educação, em Teresina, no Piauí. Concluiu em 2013 e voltou a Palmares. “A ideia é usar a arte como forma de contar a realidade que vivemos”, diz.



Na biblioteca, alguns troféus esportivos mostram que o esporte também é importante. A escola já conseguiu premiações em xadrez e futsal feminino.

Permanente construção

Algumas boas centenas de metros mais adiante fica a escola Sallete Moreno. É voltada para a educação infantil, e impressiona logo à primeira vista. Tem espaços amplos, adequados, mas em permanente construção e adaptação. Para quem faz parte da geração pioneira das duas instituições de ensino, as escolas dão orgulho e compromisso.

É uma escola contemporânea. Possui auditório, biblioteca, brinquedoteca, laboratório de informática com 20 computadores, videoteca, sala de leitura e, principalmente, profissionais dispostos a fazer diferente.

“O nosso desafio é muito grande”, diz a diretora Deusamar Sales Matos, de 48 anos. “Temos muito o que fazer. Eu olho para a frente e vejo que temos de conquistar mais e mais. Muitas coisas mudaram para melhor, em relação ao acesso de nossas crianças às escolas e à formação dos professores”. Na Sallete Moreno, são 224 alunos e nove professoras.

Um dos grandes desafios, segundo a diretora, é construir um projeto pedagógico que seja de edu-

cação do campo, mesmo com as contradições existentes em Parauapebas. “Aqui é uma região onde se disputa tudo: de terra à ideologia”, conta Deusamar.

Essas contradições interferem, pois a escola não é de ‘educação urbana’. “As crianças são camponesas, por isso ficamos disputando ideias e concepções”. Outro desafio é o acesso e permanência das crianças na escola.

Existem outros assentamentos que ficam há 42 km de distância. Seis assentamentos têm alunos que frequentam a Sallete Moreno: Palmares, Lagoa Preta, Rio Branco, Novo Brasil, Liberdade e Barra do Cedro.

Inaugurada em 2013, a escola Sallete Moreno tem, no entanto, as raízes fincadas em 1994, quando o assentamento Palmares começou a ganhar forma. Já vai

longe aquela manhã de quase 37 graus centígrados, quando Francisca Maria viu a sua frente vários pares de olhos infantis à espera da primeira aula. Ela guarda isso na memória: “Consigo ver, olhando pra trás, como iniciamos, debaixo

de uma árvore, num processo de construção, passo a passo, pela força dos trabalhadores, trabalhadoras. Foi muita luta para chegar a essa estrutura.

Aquelas crianças que iniciaram, hoje são nossas colegas de trabalho. Já tem um grupo significativo de alunos que foram assumindo essa missão. É gratificante ver isso e saber que a luta continuará a ser conduzida quando não tivermos mais forças para estar aqui”.

“Tinha muitas crianças de pais acampados. Então começamos a ver quem tinha habilidade no ensino e a organizar as aulas



A diretora Clívia Regina com os alunos da escola Crescendo na Prática.



>> Sem Terra constroem a primeira escola do campo

Por José Coutinho Júnior | Fotos Heriberto Paredes

A Escola Madre Cristina, a primeira escola do campo no Mato Grosso, traz a realidade do campo para dentro da sala de aula

O assentamento Roseli Nunes pode ser visto como um símbolo de resistência da Reforma Agrária no Estado do Mato Grosso. Sua área de mais de 7 mil hectares, onde moram cerca de 325 famílias, está cercada por grandes latifúndios do agronegócio, que muitas vezes contaminam a produção dos assentados com agrotóxicos.

O Mato Grosso é um dos estados que mais concentra terras no Brasil. 69% das áreas rurais são latifúndios acima de 3.500 hectares, de acordo com a cartilha lançada pelo Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, em 2010.

Mesmo assim, o assentamento resiste e produz uma diversidade de alimentos, proporcionando às famílias assentadas uma condição de vida digna. Cada núcleo do assentamento tem uma área social, onde se constroem escolas, igrejas e postos de saúde.

Os agricultores produzem leite, milho, batata, mandioca, arroz, banana, abóbora, laranja, manga, melão, abacaxi, melancia, feijão, verduras e diversos tipos de legumes. O trabalho agroecológico da região começou no assentamento, em 2004. Hoje, 60 famílias assentadas produzem alimentos livres de agrotóxicos.

Além da produção, o assentamento Roseli Nunes é referência na área da educação. A escola Madre Cristina, primeira escola do campo do estado, se localiza no centro do assentamento, e proporciona aos alunos, professores e assentados uma forma de

ensinar no campo e se integrar com a comunidade raramente vista em outras escolas.

Atualmente, a escola conta com cerca de 360 alunos do ensino fundamental, médio e do programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do assentamento Roseli Nunes.

Na época de sua fundação, em 1997, uma lona era a sala de aula dos alunos. Após o assentamento ser criado, em 2002, cada assentado doou R\$ 50 para a compra de materiais, e um mutirão construiu a escola.

Segundo Damião, assentado que participou da construção da Madre Cristina, “a importância da escola é que ela é diferenciada. Além de aprender as

matérias normais, os alunos aprendem sobre produção, a respeitar a natureza, como nos proteger do veneno, que para nós é um grande problema”.

Ao todo, a escola tem sete salas de aula em dois pavilhões. Quatro à direita,

no pavilhão maior, e três à esquerda, no menor. Um jardim divide os dois pavilhões, e em frente a cada sala de aula, há uma planta diferente, plantada e cuidada pelos alunos daquela sala.

No pavilhão maior, ainda há um laboratório de informática com 19 computadores, uma sala de aula para alunos com necessidades especiais e o refeitório. Os alimentos adquiridos pela escola são todos agroecológicos, vindos tanto do Roseli Nunes como de outros assentamentos próximos.

A escola serve um café-da-manhã, almoço, lan-

“Após o assentamento ser criado, em 2002, cada assentado doou R\$ 50 para a compra de materiais, e um mutirão construiu a escola”

“O MEC divide a física em movimento no primeiro ano, calor no segundo e eletricidade no terceiro. Separar só torna o ensino muito difícil

che da tarde e janta aos alunos. Alunos, professores e funcionários comem juntos no refeitório. Merendas como sopa de legumes e carne, macarrão com carne e arroz com farofa são servidas regularmente.

Arroz, feijão e carne

Nadimar trabalha como merendeira da escola desde 2001. É assentada do Roseli Nunes, e começou a contribuir na escola porque à época não havia como pagar uma merendeira. Quando a escola obteve o recurso, contratou-a.

Seu filho estudou até a quinta série na escola, e agora são seus netos que frequentam a Madre Cristina. Para Nadimar, trabalhar na escola é uma alegria.

“Chego às 10h e fico até às 17h. Quando chego já cozinho o arroz, feijão, a carne moída. Os alunos adoram a comida. Adoro trabalhar aqui, se eu sair daqui me dá uma depressão, minha vida é vazia demais sem essa escola, sem os professores, as meninas da limpeza, parece uma família”.

Ao lado do refeitório, há uma árvore cercada por um banco de madeira, onde os alunos sentam para conversar durante o intervalo. Seguindo pelo refeitório, há a sala da coordenação, dos professores e a pré escola. Há também uma grande sala reservada para a biblioteca, que tem um acervo de mil livros, que podem ser emprestados não só para os alunos, mas à comunidade.

A escola também tem duas quadras próximas à sua entrada: uma de esportes e outra destinada ao projeto +Educação, que realiza oficinas de teatro, artesanato e dança com os alunos.

Pedagogia do campo

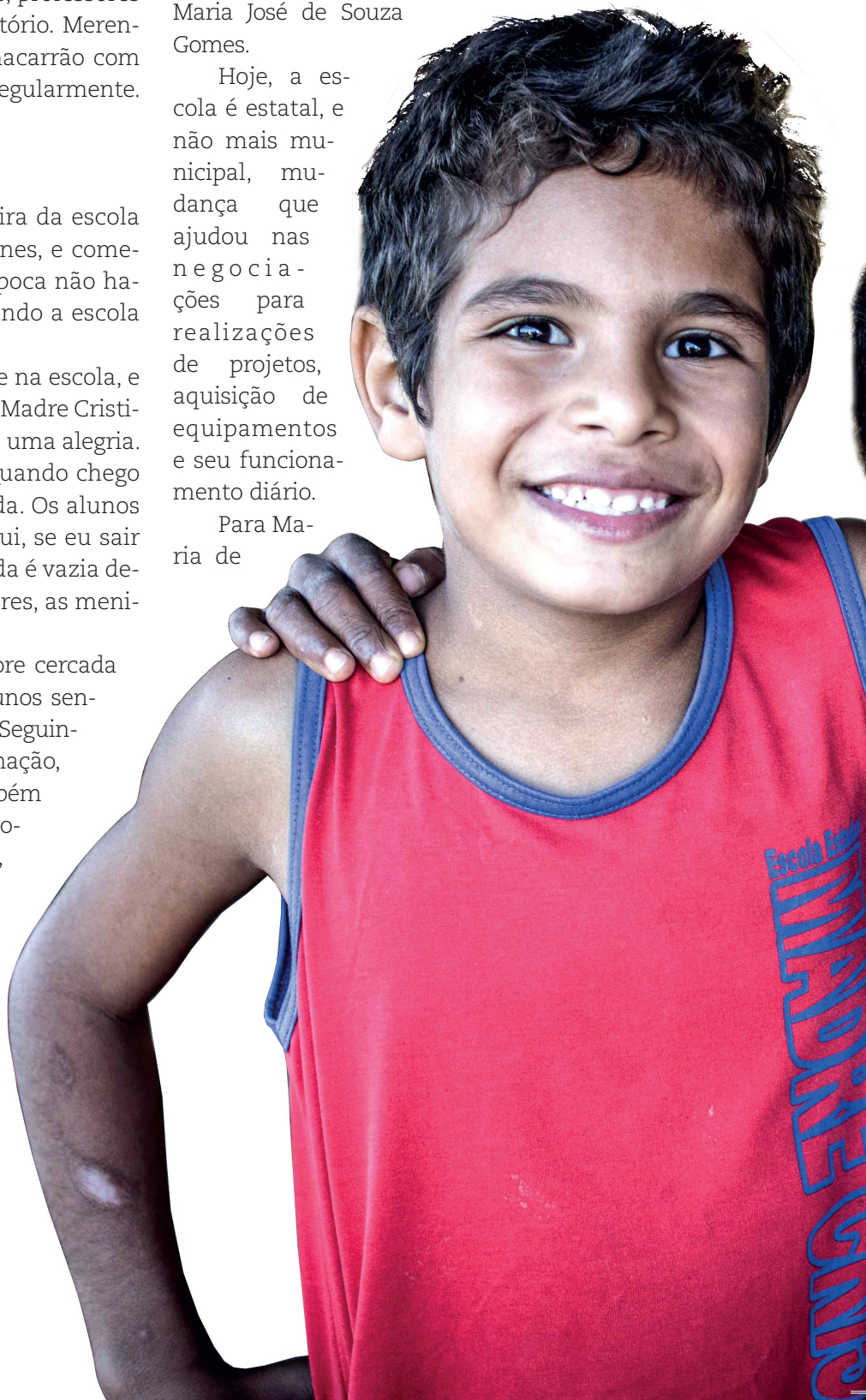
A estrutura da escola é

bem modesta, e não se diferencia em nada de outras. No entanto, a Madre Cristina é uma escola muito diferente quando se trata das aulas e da relação com a comunidade.

Ela só existe por conta da mobilização dos funcionários e assentados. “Sempre houve muito preconceito por sermos uma escola do campo. Tentaram fechá-la várias vezes, e para conseguirmos abrir novas turmas, sempre tínhamos de nos mobilizar”, afirma a diretora Maria José de Souza Gomes.

Hoje, a escola é estatal, e não mais municipal, mudança que ajudou nas negociações para realizações de projetos, aquisição de equipamentos e seu funcionamento diário.

Para Maria de



Lurdes Paixão, assessora pedagógica da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), a escola “dá condições do jovem continuar no campo, pois a vivência dela é muito relacionada à vivência dos acampados. A história do assentamento e do Movimento vem para a sala de aula.”

Ainda há dificuldades a se superar, mas Maria de Lurdes acredita que com o tempo a equipe irá resolvê-las. “Aqui me dizem que essa escola é do campo e no campo. E a metodologia é realmente diferente. Trabalhar com a equipe é tranquilo. Eles mesmos elaboram a linha e o método dos projetos, e cabe a nós acompanhar e assessorar”.

Da mesma forma, os professores têm a liberdade de criar projetos e suas próprias metodologias nas aulas, sendo que alguns realizam atividades em conjunto. Ronaldo de Queiróz, professor de matemática, notou que os alunos precisavam

“Cerca de 100 dos 360 alunos da escola são do EJA. Muitos destes alunos nunca tinham entrado numa sala de aula

melhorar suas capacidades de raciocínio.

“Vamos cortar um tronco para fazer um tabuleiro, na aula de artes os alunos vão fazer peças de damas, e vamos começar um torneio de damas entre os alunos de todas as turmas. Isso vai incentivar o raciocínio de uma forma divertida”.

Renata Cristiane, professora de física, acredita que a forma de ensinar a disciplina nas escolas está errada. “O MEC (Ministério de Educação) divide a física em movimento no primeiro ano, calor no segundo e eletricidade no terceiro. Mas essas coisas estão interligadas, separar só torna o ensino muito difícil. Então muitas vezes eu chego na sala e começo a falar de física para os alunos, eles vão perguntando e vamos debatendo”.

A professora também desafia seus alunos, que para se formar, precisam entregar uma monografia sobre um tema de sua aula. “Estudamos nas aulas as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), e os trabalhos que saem costumam ser muito bons”. Renata também leva livros das universidades para resolver os exercícios com os alunos.

“Faço isso para eles perceberem que são tão capazes quanto os alunos da cidade, porque às vezes eles tem essa impressão de que não são tão bons, e fazendo isso a gente tira essa ideia da cabeça deles”.

Da sala a horta

A escola iniciou neste ano um curso técnico de agroecologia para os alunos do ensino médio. O curso dura três anos, e os alunos vão estudar o funcionamento de agroindústrias, agropecuária de base ecológica, além das técnicas agroecológicas na prática, cuidando de uma horta na escola.

De acordo com Sidney Martins, engenheiro agrônomo e assentado do Roseli Nunes, que ministra o curso, esse “é um aprendi-



zado importante, para levar para casa, porque além de ser uma forma de produzir alimentos saudáveis, abre uma nova porta de comércio para as famílias”.

A vivência cultural na escola também é forte. Ano passado, os estudantes do EJA realizaram um festival culinário, onde cada um levou um prato diferente. “Reservamos uma mesa no refeitório, mas como não parava de chegar comida, e tivemos que pegar mais”, afirma Maria José, rindo.

A escola também realizou em maio uma noite cultural, onde foram apresentadas poesias e trabalhos artísticos dos alunos. Todos esses eventos não são restritos aos alunos e professores; pelo contrário, os assentados também participam.

“Os assentados participam da rotina da escola. As assembleias principais do assentamento são aqui, eles acompanham o desempenho dos alunos e também avaliam os professores”, diz Maria José.

EJA

Além do ensino fundamental e médio regular, a escola Madre Cristina dá grande atenção ao EJA.

Cerca de 100 dos 360 alunos da escola são do EJA, e muitos destes alunos nunca tinham entrado numa sala de aula durante toda sua vida.

“Quando comecei a estudar, não sabia nada, agora até sei escrever uma cartinha. Ficamos felizes de estar nessa sala com as amigas e colegas, a gente se sente melhor. Nunca tinha vindo na escola. Tenho 73 anos e achava que não ia aprender nada mais por causa da idade. Mas os professores são bons, entendem as nossas dificuldades

e ajudam muito. Esse tempo de estudar era pra ser na infância, como não tive...” diz a assentada Araci Lourinda.

Para as pessoas que não completaram os estudos, o EJA não é apenas uma oportunidade de aprender, como também de se emancipar por

meio do conhecimento. O maior exemplo disso é a “sala das margaridas”, composta apenas por mulheres que abandonaram os estudos por conta do casamento, e agora retornaram à sala de aula.

“Minha vida parou na sétima série, quando me casei. Meu marido não vê importância de estudar, e eu fui proibida de realizar meus sonhos. Hoje tenho 37 anos e faço planos com muita segurança pro meu futuro. Se Deus quiser, ano que vem vou fazer

“Nessa turma não teve nenhum homem para encarar. Ninguém quis entrar. Entraram por algum tempo, mas já foram embora”



Cerca de 100 dos 360 alunos da escola são do EJA. Muitos nunca tinham entrado numa sala de aula.



meu curso de culinária para abrir meu restaurante”, afirma Luciene Correia da Costa.

As margaridas brincam que “nessa turma não teve nenhum homem para encarar. Ninguém quis entrar. Entraram por algum tempo, mas já foram embora”, dizem rindo.

Para a professora Iraci da Silva Pereira, lecionar para o EJA é uma experiência gratificante. “A experiência deles passa pra mim e a minha passa para eles. Essa troca de conhecimento é muito importante. Não existe isso de que ninguém sabe nada, todos sabem algo. É um processo bem lento de aprendizado, cinco dos meus alunos precisaram de aulas de alfabetização. Mas quando eles aprendem eu me emociono muito”.

Segundo Maria José, é função da escola ir atrás e abrir as portas para que todos possam aprender. “Como eu tive oportunidade, quero que os outros tenham. Estamos de portas abertas para os alunos depois de se formarem.”

>> *A todos que precisam*

A filosofia da escola de chegar a todos que precisam e queiram aprender também se estende à educação especial. Uma sala ao lado do laboratório de informática, chamada de “sala educacional” é onde estes alunos tem suas aulas.

A professora Marinalva Paula da Silva (foto) trabalha na sala educacional há cinco anos. Além da formação em letras, ela fez cursos de braille e libras para lecionar para essas crianças. Atualmente há sete alunos na sala, com problemas que variam de paralisia cerebral, surdez e baixa visão.

As aulas são diferentes das tradicionais, focando em jogos no computador, artesanato, pintura, colagem e atividades de leitura. “Nos jogos como dama e dominó eles dão um banho em mim. Eu não trago nenhuma atividade pronta, instigo eles a fazer”, afirma Marinalva.

Em relação ao progresso dos alunos, ela acredita que é pequeno, mas notável. “O Fábio, que tem paralisia cerebral, usava mamadeira até os 14 anos de idade. Hoje ele não faz mais isso, ensinamos a mastigação. Ele conhece a minha voz, meu cabelo

áspero. Quando chego passo a mão dele no meu rosto e no cabelo, e ele sorri porque me reconhece”, diz a professora.

Em relação à forma como essas crianças muitas vezes são tratadas em outras escolas, sem o preparo para lidar com suas necessidades, Marinalva acredita que “muitos professores acham que isso não é papel da escola. Mas todos têm o direito à educação, e a escola tem de chegar às pessoas”.





>> Rompendo a cerca da exclusão escolar

Por **Guy Zurkinden** | Fotos **Luiz Mario Santana**

A luta dos Sem Terra pela educação de jovens e adultos no campo pernambucano superou um histórico de exclusão

Há quem diga que a história da educação do campo em Pernambuco nasce no município de Santa Maria da Boa Vista, no Vale de São Francisco, sertão do estado. O ano data de 1995, quando 2.200 famílias Sem Terra ocuparam a Fazenda Safra, no mês de agosto. Daí em diante pipocaram acampamentos de famílias Sem Terra sobre as fazendas falidas da região, outrora ocupadas por monocultivos de frutas destinados à exportação.

Vinte anos depois, o trecho ficou conhecido como “a estrada da Reforma Agrária”, rodeado por assentamentos e pequenos lotes irrigados, onde brotam plantios de maracujá, uva, goiaba, melancia, manga, macaxeira e banana, ligando os municípios de Santa Maria da Boa Vista e Petrolina.

Na beira da pista, porém, os barracos dos acampamentos Hugo Chávez e Filhos da Luta demarcam que a luta pela terra ainda não terminou.

Um dos resultados desse processo é a escola Francesco Moura, localizada no “Mãe Safra” – como é chamado o assentamento mais antigo de Santa Maria -, onde acontece um dos cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Assentada no Safra, Júlia Nunes de Lima Ferreira é mãe de cinco filhos, todos adultos. Em 1995, dona Júlia montou o barraco na beira do rio São Francisco, junto às 2.200 famílias Sem Terra. Daquela época, a agricultora tem

lembranças de alegrias e sofrimento. “Foi um tempo difícil, mas todo mundo era amigo. Um quilo de açúcar, todo mundo dividia.” Após dois anos e cinco meses de resistência, nascia o assentamento Safra.

Como milhares de trabalhadores do meio rural, a camponesa teve o direito à educação negado. “Fiz só a primeira e a segunda série. Onde fui criada, não funcionava escola, nem transporte escolar”.

“Fiz só a primeira e a segunda série. Onde fui criada, não funcionava escola, nem transporte escolar”

Para chegar à escola mais próxima, Dona Júlia e a irmã tinham que caminhar mais de uma hora. Mas com medo

que acontecesse alguma coisa com as filhas, sua mãe acabou proibindo as viagens.

À Júlia só ficou “aquele sonho, de terminar os estudos.” Em 1999, porém, a então recém assentada retomou o caminho da escola, e em 2003, completou o Ensino Fundamental. Mesmo com a vontade de seguir com os estudos na época, as necessidades da vida falaram mais alto. “Tinha muito trabalho, os filhos eram pequenos.”

Esperou até novembro de 2013, e aos 43 anos, a agricultora ingressou no programa estadual de Educação de Jovens e Adultos (EJA Campo) para dar início ao Ensino Médio. De segunda a sexta-feira, após o dia de trabalho, Dona Júlia sai de sua casa azul rumo à escola Francesco Moura. Lá, estuda das 19h às 21h40. Em 2015, “se Deus quiser”, terá seu sonho de infância realizado.

Do paliativo à política pública

Membro do setor de educação do MST e coordenadora de cinco turmas de EJA no município de Serra Talhada, Sertão de Pernambuco, Ana Paula Monteiro Araujo destaca o fato de que “pela primeira vez temos turmas de jovens e adultos cursando o ensino médio dentro dos nossos assentamentos”. O caminho foi longo.

Segundo Maria Fernanda dos Santos Alencar, coordenadora da educação do campo no estado, “tudo vem da luta dos movimentos sociais.” Desde o início das ocupações de terras no estado, os Sem Terra já encaravam a exclusão escolar dos trabalhadores rurais. As primeiras iniciativas de alfabetização de jovens e adultos foram realizadas no calor da lona preta.

Em paralelo, o MST se uniu aos quilombolas, sindicatos rurais e povos indígenas para impulsionar mobilizações em prol de uma política de educação adaptada à realidade do campo.

Dessa pressão, surgiram as parcerias com o poder público. Após o programa Brasil Alfabetizado, o estado de Pernambuco estreou, em 2006, o programa Semeando Letras no Campo, que abrange da primeira à quarta série do ensino fundamental.

Em 2005, o Ministério da Educação (MEC) lançou o projeto Saberes da Terra (que passou a se chamar Projovem Campo – Saberes da Terra, em 2007), com o objetivo de resgatar a dívida histórica da sociedade brasileira com os jovens e adultos que vivem no campo e não tiveram a oportunidade de frequentar a escola. A meta: escolarizar 275 mil jovens agricultores em nível fundamental.

Em 2006, os Sem Terra ingressaram no Comitê de educação do campo no estado e começaram a acompanhar cada passo das quatro edições do programa, realizando um diagnóstico das necessidades, mobilização dos futuros educandos nas comunidades e elaboração do projeto político-pedagógico.

A luta protagonizada pelos camponeses fez com que o Movimento se firmasse como referência na educação do campo, passando a dirigir uma formação específica destinada aos professores do EJA.

As denúncias dos limites dos programas existentes, porém, não cessaram. “Esses projetos eram concebidos como paliativos, sem conseguir elevar o grau de escolaridade. Quem fazia alfabetização não tinha perspectiva de continuar”, explica Rubneuz Leandro, da direção do setor de educação.

Ao longo de seminários, marchas e ocupações, os Sem Terra pautaram a criação de um programa que garantisse uma continuidade na educação de jovens e adultos, da alfabetização até o nível médio.

Em 2013, após sete anos de luta, a reivindicação é atendida pelo governo: o programa EJA Campo entra em vigor, garantindo em nível do Estado todos os segmentos da educação aos jovens e adultos, com

currículos e metodologia unificados. Para a coordenadora Maria Fernanda, a iniciativa é pioneira.

“Pela primeira vez a Educação de Jovens e Adultos se torna uma modalidade da educação básica. De programa compensatório, ela vira política pública.” Segundo os dados

da Secretaria de Educação, mais de 7 mil jovens e adultos ingressaram nas turmas da EJA Campo em 2013: 3272 no Ensino Fundamental (EJA inicial) e 4 mil no Ensino Médio (EJA médio).

“Ao longo de seminários, marchas e ocupações, os Sem Terra pautaram a criação de um programa que garantisse uma continuidade na educação de jovens e adultos”

Educação emancipadora

“Os alunos são muito comprometidos. Eles vêm para aprender, mas também para passar o que sa-



Dona Júlia, que aos 43 anos faz o Ensino Médio pelo EJA.

>> *Superando uma história de exclusão*

Oito horas da noite. Na escola 13 de Maio, as aulas já começaram. Na primeira sala, curvados sobre as bancas, uma quinzena de homens e mulheres analisam livros de cordel. Na turma vizinha, Seu José e seus colegas escutam atentamente a professora.

Aos 62 anos, seu José de Silva está superando um histórico de exclusão. Criado na região de Petrolina, “no meio da caatinga”, o filho de agricultor não pôde estudar: “A escola estava distante, não tinha transporte.”

Sem terra, seu José trabalhou um tempo como meeiro. O fruto quase inteiro do trabalho ia para o dono; a solidão pesava sobre

as costas do lavrador. “Quando ia à cidade, tinha medo. Pedia para outras pessoas irem pagar as minhas contas”, recorda.

A vida muda com a chegada ao assentamento Nossa Senhora da Conceição. Lá, Seu José começa, enfim, a trabalhar por conta própria. Superando a solidão, ele casa com dona Dilce, e juntos, rompem outra cerca: ele se matricula no programa Saberes da Terra e completa o ensino fundamental.

“Não estou tão jovem, mas não pretendo parar.” Os olhos de Seu José brilham por trás dos óculos. Em 2013, ele iniciou a EJA médio, rumo a outra pretensão: a faculdade.

bem”, observa a diretora da escola do assentamento Safra, Alzenir Socorro dos Santos (foto de capa), que também ensina línguas nas turmas do EJA.

Para lidar com um público que estuda após um dia de trabalho na roça, a aula tem que ser dinâmica e dialogar com a realidade. Com esses desafios colocados, os movimentos sociais e a Secretaria de Educação costuraram uma metodologia específica: os professores abordam as áreas de conhecimento a partir de temáticas organizadas entorno de um eixo articulador: trabalho e educação no campo.

Os tempos de aprendizagem são divididos em tempo escola e tempo comunidade. “Na escola, os educandos têm que apresentar toda a produção do assentamento durante o tempo comunidade”, exemplifica Alzenir. Para a educadora, a busca é por “uma pedagogia que contribua para libertar as pessoas.”

“Os Sem Terra se uniram aos quilombolas, sindicatos rurais e povos indígenas para impulsionar mobilizações em prol de uma política de educação adaptada à realidade do campo”



Tatiane de Souza Santos, filha de assentada e coordenadora de turmas de EJA no município de Petrolina, destaca que “a grande conquista é quando você chega num assentamento e vê aquele sujeito, que era analfabeto, sabendo ler e escrever.”

Ao criar vínculos de socialização, as aulas melhoram o convívio e reforçam a identidade nas comunidades. Atividades práticas e projetos produtivos, realizados com a ajuda de um técnico, também ajudaram a potencializar a produção. “Graças aos alunos do Saberes da Terra, temos hoje comercialização de galinhas e hortaliças, produzidas em assentamentos”, conta o pedagogo Adailton dos Santos Cardoso, membro da direção estadual do MST.

Embora os avanços sejam importantes, os

obstáculos não faltam. Segundo Edilene Menezes Mota, assentada e coordenadora de EJA em Santa Maria de Boa Vista, a maior dificuldade é a permanência dos educandos dentro da sala de aula. Muitos chegam cansados do trabalho.

Outros têm que sair do assentamento em busca de renda, dificultando a escolarização. A infraestrutura precária é outro problema: em muitas escolas, mães assistem às aulas com as crianças, por falta de ciranda infantil. Seis meses após o início dos cursos, o material didático destinado aos alunos da EJA ainda não havia chegado. As merendas também faziam falta.

Rubneuzza Leandro aponta outra contradição: “Os programas de EJA deveriam ser medidas temporárias, destinadas a reverter a exclusão histórica dos camponeses pelo sistema educacional. Mas, com o fechamento de escolas e a falta de investimento, o nosso sistema continua a criar analfabetos.”

No campo pernambucano, 2014 começou com uma avalanche de fechamento de escolas. Foram

três só município de Santa Maria da Boa Vista. “As escolas restantes são superlotadas. No povoado vizinho, tem crianças estudando dentro de uma capela!”, denuncia a assentada Edilce de Maria.

Nos últimos dez anos, mais de 37 mil escolas do campo foram fechadas no país. Em 2012, pela primeira vez em 14 anos, a taxa de analfabetismo voltou a aumentar no Nordeste brasileiro, passando de 16,9% (2011) para 17,4%.

“A grande conquista é quando você chega num assentamento e vê aquele sujeito, que era analfabeto, sabendo ler e escrever.”

>> Da terra à educação

Em Santa Maria, o trabalho realizado pelo setor de educação do MST nas áreas de Reforma Agrária virou referência. Em 1997, a prefeitura do município inicia uma parceria com o Movimento, confiando o acompanhamento das escolas situadas em assentamentos a seus educadores.

Em 2009, a Secretaria de Educação cria um departamento de educação do campo e amplia a ação dos coordenadores do MST às 63 escolas do município. No mesmo ano, Santa Maria da Boa Vista se destaca como o primeiro município do Nordeste brasileiro a realizar um seminário de educação do campo.

A iniciativa vai desembocar num caderno temático, composto por textos dialogando com a realidade e história dos camponeses no município. Reflexo deste processo, a taxa de analfabetismo baixou em Santa Maria da Boa Vista nos últimos anos. “Isto é fruto da nossa luta. Nos municípios onde o MST atua você

vê uma diferença: escolas funcionando, pessoas estudando”, ressalta Adailton.

Porém, de acordo com o dirigente, “estas conquistas são hoje ameaçadas pela política partidária.” Após um imbróglio político-judicial, a prefeita Eliane Costa (PSB) é eleita em junho de 2013. O seu vice é José Gualberto de Freitas Almeida (PMDB), latifundiário e dono da Fazenda Milano, empresa de produção de uva para exportação, falida e ocupada em outubro de 2013 por 1000 famílias Sem Terra.

Nos anos 90, Gualberto liderou a repressão contra os Sem Terra na região. A sua eleição se traduziu logo em retrocessos. “Perdemos a presença institucionalizada que tínhamos na secretaria de educação”, afirma Adailton. Mas o militante não desanima: “Continuaremos a fazer o que já fazíamos antes: coordenar as nossas escolas de forma militante”.

ENTREVISTA

“Queremos uma escola onde os alunos não sejam meros objetos e os professores uma figura autoritária”

Para Edgar Kolling, da coordenação nacional do setor de educação do MST, é impossível realizar a Reforma Agrária Popular sem conhecimento científico

Por José Coutinho Júnior

Em entrevista à Revista Sem Terra, Edgar Kolling, da coordenação nacional do setor de educação do MST e especialista em Educação no Campo pela Universidade Federal de Brasília (UnB), conta os motivos que levaram à criação de um setor que pensasse a educação dentro do Movimento, analisa as conquistas na área nesses 30 anos de MST e aponta quais os principais desafios do setor para o próximo período.

Por que foi criado o setor de Educação no MST?

Pela necessidade. Quando o Movimento surgiu, não estava no horizonte que teríamos de pensar na dimensão escolar das áreas de Reforma Agrária, porque na experiência de outros países e movimentos camponeses, essa dimensão não constava na agenda. O que tinha era formação política, de militantes e da base.

Mas a nossa forma de luta, que envolve toda a família, implicou que se pensasse nisso, pois trazemos para dentro das lutas as novas gerações.

Mesmo que os pais não tivessem estudado muito, a importância da escola para seus filhos e a noção de que a educação deveria ser um direito já existia. Os pais não queriam que os filhos deixassem de estudar. Também existiam muitos jovens e adultos analfabetos no campo. A necessidade da infância e dos analfabetos colocou a educação na agenda do MST, e aos poucos se analisou a pertinência de construir um setor.

Até mesmo antes do surgimento do Movimento, em 1984, as famílias que participaram das ocupações das fazendas Macali e Brilhante (RS), que foram assentadas em 1982, 1983, já faziam no tem-

po do acampamento ações de pressão ao governo do estado para criar escolas no assentamento. Em 1981, no acampamento da Encruzilhada Natalino, já havia ações com as crianças e adultos na área de educação.

A partir de tudo isso, os assentados e acampados se engajam e realizam ações de educação. Em julho de 1987, em São Mateus, no Espírito Santo, criamos o setor de educação. Reunimos as professoras dos estados, com a ideia de que o Movimento precisava de algum espaço para discutir a educação nacionalmente.

Qual projeto de educação que o setor defende?

Queremos uma escola diferente, onde os alunos não sejam meros objetos e o professor uma figura autoritária. Um tipo de escola que não priorize só o conteúdo, mas esteja ligada à vida.

As escolas dos assentamentos têm como objetivo construir uma identidade desse esforço pedagógico, que tenha vínculo com as questões que dizem respeito aos assentamentos.

O MST em si já é um projeto de educação. O setor tem como matrizes a luta do Movimento, a organização coletiva, o trabalho, a cultura e a história, que não é uma disciplina, mas uma dimensão humana, pois somos o resultado dos processos que vem do passado.

O setor de educação também dá prioridade à formação de educadores, que em sua maioria vem da base do Movimento. Qual a importância de qualificar essas pessoas?

Sempre nos empenhamos na formação de pro-

fessores. No início do MST, eram pessoas leigas, sem formação de magistério, mas eram da comunidade e tinham a identidade Sem Terra.

Também fomos pressionados a avançar na formação de professores, porque à medida que as escolas foram sendo legalizadas dentro dos assentamentos, o Estado colocava professores contrários à Reforma Agrária para lecionar.

Os filhos voltavam da escola preocupados que seus pais eram ladrões de terra. Tivemos casos em que as professoras eram esposas ou filhas de latifundiários, que faziam a batalha contrária ao MST dentro da escola.

Em 1990, junto com o movimento sindical e o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), foi construída a primeira escola de formação de professores, reconhecida pelo Estado, para que os profissionais formados pudessem participar dos concursos e se inserir oficialmente nas escolas.

Você mencionou que o MST tem como objetivo criar escolas diferentes. Qual o significado para uma comunidade ter uma escola que reflita a sua realidade?

Quando a escola está no assentamento e existe esse vínculo orgânico com a vida local, ela reafirma a identidade do Movimento, traz para si a visão de mundo que os assentados têm. É uma escola que abre as portas e as janelas para a vida.

Uma escola orgânica faz uma diferença grande: fortalece a pertença das gerações ao MST, ao assentamento, à classe trabalhadora, a auto-estima dos que são Sem Terra. As crianças têm orgulho, se sentem honradas de pertencer ao MST. Diferente de quando vão para a cidade e muitas vezes são discriminadas por serem Sem Terra ou mais pobres, o que as fazem ter vergonha de ser Sem Terra.

Como se dá o diálogo do Movimento com as universidades para a realização dos cursos superiores?

É uma relação tensa. No início das parcerias, as universidades não reconheciam no MST um interlocutor para um projeto pedagógico. Éramos vistos

como beneficiários de um curso que seria ofertado.

Com o tempo, a interlocução no nível pedagógico avançou em alguns lugares. Porém, onde o MST mantém sua identidade, tem tensão, porque a visão da universidade é que ela detém o conhecimento e nós não temos nada a ensinar.

É lógico que existem muitos professores que gostam do Movimento e dessa relação, porque ela é fecunda. A relação é tensa, e tem que ser assim. Quando não for, uma das partes não faz seu papel, porque assim se faz o diálogo da realidade e do estado da universidade.

Outro aspecto a reforçar é que não entramos na educação superior e formação técnica porque era uma coisa bonita, foi uma força da realidade.

Assim como a alfabetização de adultos era condição para que as pessoas lessem um texto para formação política e compreender o mundo, a formação de nível médio e superior é necessária para tocar as escolas, as cooperativas: precisamos de gente formada, que entenda de cooperação, agroindústria, mercado. Percebemos que é impossível realizar a Reforma Agrária Popular sem conhecimentos científicos.

O MST, por essa natureza de querer que a Reforma Agrária vá para frente, criou uma massa crítica, com mais militantes do Movimento na universidade por meio de programas como o Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), Prouni (Programa Universidade para Todos) ou pelos meios convencionais.

Agora, temos o desafio de manter esses quadros na organização, para que a escolarização continue formando quadros para o projeto da Reforma Agrária Popular.

O que a integração com militantes de outros países, como ocorre nos cursos da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), tem a ensinar?

É extraordinário você ter a possibilidade de discutir não só ideias, mas também conhecer a realidade e experiências de organização, de luta e cultu-

“Queremos uma escola diferente, onde os alunos não sejam meros objetos e o professor uma figura autoritária”

“Percebemos que é impossível realizar a Reforma Agrária Popular sem conhecimentos científicos”

ras de outros países.

Temos essa compreensão dentro do Movimento: como ser um quadro nacional quando só se conhece o seu município? Um dirigente de uma organização precisa expandir seus horizontes, e a ENFF é um embrião para manter a chama da integração latino-americana, visando o horizonte de um projeto de mudança da sociedade na perspectiva do socialismo.

É importante também fortalecer intercâmbios de militantes em outros países. Muito mais que uma escola formal, ser posto em uma trincheira de um país desconhecido é um processo de formação, que nos faz perceber a riqueza de culturas do mundo e da classe trabalhadora.

Algumas escolas em assentamentos têm alunos e professores voltados à educação especial. O setor de educação tem formulações sobre o tema?

Os portadores de deficiência, no geral, são escondidos nas famílias e comunidades. Infelizmente é um tema disperso, mas há uns 15 anos tem gente que questiona o MST por não dar atenção maior nessa parte.

É um limite que o setor tem. Trouxemos gente para explicar, mas não temos uma formulação desde as nossas práticas, que existem nos assentamentos, para dialogar com a sociedade. Quem sabe no segundo Enea (Encontro Nacional de Educação da Reforma Agrária), que vamos fazer ano que vem, essa questão seja colocada.

O ensino de agroecologia nas escolas do campo pode ser uma forma de colocar esse tema em pauta nos assentamentos?

Esse ensino tem uma importância enorme. A escola dentro dos assentamentos deve ter um diferencial. Se tivéssemos mais professores capazes de trabalhar a questão das sementes e da agroecologia, poderíamos fortalecer a agroecologia no assentamento onde ela já é feita, e criaríamos um foco de tensão nos locais em que os assentados ainda trabalham com agrotóxicos e transgênicos.

Faz muito tempo que o Movimento

insiste que temos de fortalecer o ensino agroecológico nas escolas, mas as universidades que formam os professores não têm isso como foco principal.

Para remediar isso, em alguns lugares fizemos uma parceria com a assistência técnica, para cobrir essa falta de conhecimento. Já existem experiências, mas ainda não é uma prática universalizada nos nossos assentamentos. É um dos nossos desafios.

Por isso o debate da Reforma Agrária Popular, na matriz produtiva, faz com que tenhamos de formar nossos professores nessa perspectiva, seja em cursos não formais ou seminários.

A escola tem um papel importante para nós, na medida em que entra no projeto da Reforma Agrária Popular, não subordinada, mas de forma ativa, como um vínculo com a classe trabalhadora.

Edgar Kolling, da coordenação nacional do setor de educação do MST





>> De Cuba para o Brasil, as
lições que ultrapassam fronteiras

Por Gustavo Marinho | Fotos Gustavo Marinho

Método cubano de alfabetização “Sim, eu posso!” transforma a realidade do povo cearense no campo e na cidade

Da horta didática dos Sem Terrinha ao método cubano de alfabetização de jovens e adultos “Sim, eu posso!”. Da banda de lata do sertão cearense às escolas de Ensino Médio. De luta em luta, com criatividade e muita persistência, os Sem Terra do estado do Ceará desenvolvem diversas experiências sobre a educação do campo no estado.

Aos 82 anos de idade, Sebastião Gomes da Silva (foto de capa), do Assentamento Vida Nova, no município de Canindé - Sertão Central do estado do Ceará -, é um dessas figuras que participaram desses processos. Timidamente, Seu Sebastião lembra do dia em que Aline Souza dos Santos bateu na porta de sua casa e o convidou a ingressar na primeira turma de alfabetização do estado, a partir do método cubano “Sim, eu posso!”.

Na época, Seu Sebastião tinha 74 anos e topou de primeira encarar o desafio da alfabetização. Aos poucos, o “Sim, eu posso!” começava a trilhar sua história no estado do Ceará.

O primeiro convite para os futuros educadores surgiu durante o Encontro da Juventude Sem Terra do Ceará, em 2007. Aline e Izael Montes Lopes foram algumas das figuras que toparam o desafio. Os próprios educadores passaram em todas as casas do Assentamento Vida Nova, conversando e apresentando o método aos que não sabiam ou tinham dificuldade na leitura e na escrita.

“Começamos como uma experiência, e se desse certo levaríamos para outros lugares do estado. Para começar as aulas, iniciamos um processo de capacitação com um educador cubano”, lembra Aline.

No começo, eram muitas as dificuldades enfrentadas na estruturação das aulas, como falta de televisão e cadeiras, além de outro problema que surgiu no andar da carruagem: o da vista. Muitos educandos precisaram fazer exames de vista e usar

óculos por conta da leitura, que tinha se tornado uma companhia diária.

O esforço para que as turmas chegassem até o fim era enorme, já que não havia nenhum investimento governa-

mental. “A necessidade era tão grande que o Movimento tomou a responsabilidade. Em 2006 o índice de analfabetismo era muito elevado na região, e existia essa preocupação de garantir a alfabetização desses agricultores e agricultoras.”

Anos depois, Seu Sebastião afirma ter valido a pena. “Começamos sem nem saber direito assinar o nome, e em pouco tempo conseguimos aprender muita coisa”.

Depois da conclusão da primeira turma, o método foi ampliado a várias outras regiões. “Em cada município daqui tinha uma turma do ‘Sim, eu posso!’”. Começou como uma brasa e se espalhou por todos os cantos”, avalia Izael, que atualmente integra o Setor de Educação do MST.

“Cerca de 16 mil pessoas foram alfabetizadas na cidade de Fortaleza”

Do sertão à capital

Após as primeiras experiências do “Sim, eu posso!” nas áreas de Reforma Agrária, surgiu a tarefa de expandir a luta contra o analfabetismo na cidade. Foi quando os Sem Terra apresentaram o método à prefeitura de Fortaleza para a realização de uma ação massiva de alfabetização urbana.

A partir de então, diversos movimentos sociais da cidade e secretarias municipais se somaram a ideia a partir de um público-alvo: maioria mulheres, acima de 35 anos e residentes nos bairros pobres.

A prefeitura, que vivia um cenário de abandono de aproximadamente 60% dos educandos da turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA), apostou no “Sim, eu posso!”. Diversas turmas foram criadas em todos os cantos da cidade: das igrejas católicas, evangélicas, centros espíritas, terreiros de candomblé, passando por bares, associações de bairros e até um cabaré. O “Sim, eu posso!” estava por todos os lugares.

Os Sem Terra criaram a Brigada de Alfabetização – Educação Sem Fronteiras para contribuir nesse processo, com militantes de diversos estados do Brasil que passaram a morar na capital cearense.

“Além de ser uma questão política, derrotar o

“Além de ser uma questão política, derrotar o analfabetismo é também uma questão de solidariedade”

analfabetismo é também uma questão de solidariedade. Para além de acabarmos com o analfabetismo nas nossas bases, precisamos ser solidários com a classe trabalhadora brasileira que tem essa condição de não alfabetizados”, aponta Maria de Jesus dos Santos, da coordenação estadual do MST do Ceará pelo setor de educação. O resultado: cerca de 16 mil pessoas alfabetizadas na cidade.

Elmano de Freitas, que participou da gestão municipal nesse período e acompanhou todos os passos do programa na cidade, destaca a referência que os Sem Terra construíram em torno da educação. “Graças a essa ousadia conseguimos transformar um pouco a vida de muita gente na cidade.”

Já Maria de Jesus, destaca um elemento central sobre o acesso à educação. “O analfabetismo é uma questão de classe. Quem é analfabeto? São os trabalhadores, são os pobres. Não é a elite! É uma questão de classe superar o analfabetismo, com outro projeto de educação proposto pelo Movimento na defesa da Reforma Agrária Popular. A superação do analfabetismo é uma das questões para que a gente tenha um povo livre”.

Com a mudança da gestão do município com a saída da prefeita Luizianne Lins (PT), em 2012, o método não teve outras experiências na capital.

>> Das telenovelas a alfabetização

A partir da experiência cubana na erradicação do analfabetismo no país, o método chegou a diversos outros países com suas vídeos-aulas para o processo de alfabetização de jovens e adultos. Ao todo, cerca de 30 países puderam transformar um pouco da realidade de milhares de homens e mulheres num processo de alfabetização massivo.

Alguns desses países foram mais afundo na questão. Venezuela, Equador e Bolívia se utilizaram do programa para erradicar o analfabetismo em seus países. No Brasil, o método chega ao país em 2006 por meio de uma parceria com algumas prefeituras do estado do Piauí.

Mas é a partir de 2007 que o MST se apropria da metodologia contra o analfabetismo nas áreas de Reforma Agrária. O Assentamento Vida Nova, de Seu Sebastião, foi onde se iniciou as três primeiras turmas desse processo.

Apoiado nas telenovelas, o “Sim, eu posso!” é aplicado em turmas reduzidas de, no máximo, 15 educandos. Dia após dia, capítulo após capítulo da telenovela, os alunos se aproximam de cada letra do alfabeto e as relacionam aos números, facilitando a memorização e o aprendizado de cada letra. Aos poucos, os educandos juntam os numerais e passam a construir e identificar palavras e frases.



Do EJA ao Ensino Médio

Paralelamente a luta dos Sem Terra pela erradicação do analfabetismo de jovens e adultos no campo e na cidade, surgia também a necessidade de reivindicar a educação média nas áreas de Reforma Agrária.

Foi quando, em 2007, milhares de trabalhadores rurais realizaram uma Marcha pelo estado para reivindicar do governo estadual a construção de escolas de Ensino Médio no campo.

“Até então não existia escola de ensino médio. No máximo, o que se tinha era um anexo das escolas da cidade”, recorda Sandra Maria Alves, diretora da escola João Santos Oliveira, no Assentamento 25 de Maio, no município de Madalena. Das 11 estruturas que a gestão estadual comprometeu-se na época, cinco já estão em funcionamento - sendo quatro em assentamentos do MST -, três estão finalizando as obras e quatro ainda estão em processo de licitação.

A escola João Santos Oliveira é uma dessas conquistas. “Uma estrutura como essa num assentamento não estaria aqui se não fosse fruto da luta”, afirma Sandra. Atualmente, a escola conta com cerca de 170 educandos de assentamentos da região entre o 1º ao

3º ano, além de uma turma de Jovens e Adultos.

A partir dessas conquistas, iniciou-se o processo da construção do projeto político pedagógico realizado pela militância do setor de educação do MST junto aos assentados. “Nós tínhamos consciência de que a base pedagógica comum não daria conta da formação diferenciada dos homens e mulheres

que queremos formar na Escola do Campo”, explica Sandra.

Dessa forma, foram criados componentes diferenciados Matriz Curricular relacionados à realidade social, política e organizacional da vida no campo. Um exemplo é a disciplina de Organização do Trabalho e Técnicas Produtivas, uma aula com um agrônomo para acumular

experiências no convívio com o Semiárido. Na própria escola existe o chamado Campo Experimental de Agricultura Camponesa e Reforma Agrária, uma área de 10 hectares com viveiro e hortas, onde os educandos aprendem e compartilham experiências agroecológicas.

“De modo geral, todas as disciplinas devem contribuir de algum modo no Campo Experimental, sempre relacionando com o conteúdo que eles estão trabalhando dentro da sala de aula”, acredita a diretora.

“Das onze estruturas, cinco já estão em funcionamento, três estão finalizando as obras e quatro ainda estão em processo de licitação”

“Nossa formação aqui é muito voltada para o convívio com o meio ambiente. A partir dos projetos e atividades que fazemos nas disciplinas, temos maior aproximação com a natureza e entendemos melhor como nos relacionar com ela”, explica Sônia dos Santos Paiva, de 15 anos e estudante da turma A do 1º ano.

A Matriz Curricular ainda conta com as disciplinas de Projeto e Pesquisa, com o objetivo de familiarizar os educandos com a prática da pesquisa acadêmica ainda no Ensino Médio, e a disciplina de Práticas Sociais Comunitária, que contribui na dinâmica organizativa da escola.

“Aqui a gente aprende muita coisa diferente, além de participar de tudo que envolve a escola”, afirma Daiane dos Santos, de 14 anos e também do 1º ano A. Como explica Daiane, a comunidade é envolvida nas decisões da Escola, ao ajudar no fortalecimento da organicidade do espaço escolar e na própria organização do assentamento.

Matemática, geografia e agroecologia

Na mesma perspectiva pedagógica da escola João Santos de Oliveira, em trabalhar temáticas a partir da realidade vivida cotidianamente pelos alunos, desde 2010, diversas escolas do ensino infantil e fundamental também constroem uma experiência educativa a partir do cultivo de hortas escolares. O projeto “Crianças Construindo a Soberania Alimentar”, em parceria com a organização italiana Intervita, traz a proposta do aprendizado a partir do manejo de hortas. A prática contribui no processo educativo de diversas disciplinas e ainda garante uma alimentação nutritiva e saudável aos educandos.

“Aprendi que agrotóxico é, na verdade, veneno. E que tem gente que usa esse veneno nas frutas, mas faz mal à saúde e não pode usar”, conta entusiasmada a Sem Terrinha Maria Jaciara, de 8 anos e aluna da 4ª série na Escola de Ensino Infantil e Fundamental Raimundo Facó, no assentamento Antônio Conselheiro, no município de Aracoíaba.

A horta didática levou para a escola muito mais que o aprendizado agroecológico. Todas as disciplinas tiveram que dar sua contribuição para manter a horta bonita, viva e cheia de lições.

A geometria entrou com o cultivo em formas geométricas, com as crianças fazendo contas para saber o local exato de plantar. A geografia construiu

uma mandala em formato de rosa dos ventos para ensinar os pontos cardeais.

“A proposta de construir a horta nas escolas veio da própria dinâmica das famílias do assentamento, já que as crianças já tinham a horta como referência. Utilizamos isso no processo de aprendizado para envolver cada vez mais os educandos nas disciplinas, trazendo-as mais próximas à realidade de todos”, comenta Tereza Bráz Lopes, presidente da associação do assentamento.

Nem a brava seca dos últimos dois anos foi o suficiente para que o projeto fosse abandonado. Ao contrário, foi mais um ensinamento em que as crianças adaptaram os cultivos com as culturas que resistem à falta d’água. Toda produção é voltada à merenda escolar, que também cultiva sua própria farmácia viva e seu banco de sementes.

A existência da horta na escola acabou por mudar o hábito alimentar das crianças. A rejeição com os legumes, por exemplo, deixou de existir. “No início havia uma resistência muito grande para comer.



Começamos passando os legumes no liquidificador até conquistar o paladar de cada um. Ninguém queria tomar o suco verde, e a partir das oficinas de educação alimentar e agroecologia, todo mundo aprovou o que vinha da horta”, conta Islan Queiroz.

Ao som das Latas

Ir ao Assentamento Recreio, no município de Quixeramobim, Sertão Central do estado do Ceará e não ouvir uma batida de lata é quase impossível. Por lá, a música já faz parte da rotina dos assentados, que junto à produção, à organização e à luta, regem o dia a dia de quem vive por ali.

Tudo começou na escola do assentamento, Criança Feliz. Um dos educadores da escola, Adriano Leonel, cursava Pedagogia da Terra pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), na Universidade Federal do Ceará (UFC), e uma de suas disciplinas de atividades culturais criou uma banda de lata com os educandos da turma.

“Como era professor do assentamento, trouxe a experiência para desenvolver com as crianças aqui da escola. No segundo semestre de 2005 lançamos a proposta de desenvolver o projeto da banda de lata com as crianças aos sábados, envolvendo a música e arte dentro do currículo escolar”, conta.

Aos montes, latas e baldes começaram a deixar suas casas para se integrarem nas produções

musicais. “Quadras Populares” foi uma das músicas desse processo, a partir de uma pesquisa sobre os ditados populares usados no assentamento. “Começávamos a discutir a escrita dos ditados e até questões mais gerais que envolviam os ditos populares, como no caso do preconceito que alguns ditos carregam”.

A partir de elementos das músicas populares e da vida no assentamento, a turma começou a construir suas próprias letras. “Já tínhamos os instrumentos e as letras, o próximo passo foi dar ritmo para o que havíamos criado”, lembra Adriano.

Todo o trabalho de construção das músicas foi feito com a participação dos próprios educandos, com a utilização de técnicas que Adriano trazia de seu curso

de Pedagogia.

Com a rotina de ensaio na escola, a comunidade começou a ficar de orelha em pé e pressionavam pela primeira apresentação da turma. A oportunidade surgiu no dia das crianças, em 2005, numa festa no assentamento.

A história da banda estava apenas começando. Por ironia do destino, o palhaço que estava fazendo a animação da festa trabalhava numa das rádios da cidade e falou da banda em seu programa. Uma das pessoas que ouvia a rádio naquele momento era uma funcionária da Secretaria de Educação do município,

“Aos montes, latas e baldes começaram a deixar suas casas para se integrarem nas produções musicais”





que fez o convite às crianças para que se apresentassem num festival que estavam promovendo.

Essa apresentação foi a porta para a banda crescer e se espalhar por diversos municípios do estado, levando a arte e a cultura Sem Terra sob o som das Latas. “A nossa banda é um grande exemplo dos frutos da educação no campo. Nossos jovens têm pouca perspectiva de vida no campo frente ao agronegócio, e muitos acabam migrando para a cidade. A banda foi e é um grande incentivo para a permanência no assentamento”, destaca Adriano.

Muitas das crianças que iniciaram os primeiros passos da banda, hoje já adolescentes e jovens, continuam batendo lata e dando continuidade à história. Além do processo de aprendizagem musical, os integrantes também utilizam seus espaços de reunião como momentos de debates sobre os mais variados temas, contribuindo no processo de formação das crianças e adolescentes. Da sexualidade a grandes nomes da música, tudo é pauta para o bate papo dos jovens.

A banda, que já tem um CD gravado, conta com diversas gerações do assentamento. Adryany Maciel, de 12 anos, entrou na banda no início de 2014. “Eu era muito envergonhada, mas com os ensaios acabei me acostumando. Hoje somos referência não só no assentamento, mas em toda a cidade de Quixeramobim”.

Já Kamila Leonel, de 17 anos, integra a banda desde o começo e topou a iniciativa logo de primeira. “Foi por ela que eu aprendi muita coisa de arte, de cultura, e é por tudo que já aprendi que continuo”, disse Kamila, que atualmente faz graduação em letras.

Desde 2009 a associação do assentamento conseguiu trazer um ponto de cultura. Com isso, as oficinas e o tele centro ajudam no desenvolvimento e na formação dos moradores.

“A Banda de Lata cumpre um papel importante no desenvolvimento cultural, artístico e político dos que ousaram bater na lata e levar o ritmo da Reforma Agrária pelos quatro cantos”, acredita Adriano.

“A Banda de Lata cumpre um papel cultural, artístico e político dos que ousaram levar o ritmo da Reforma Agrária para os quatro cantos”

expressão POPULAR



EDITORIA.EXPRESSAOPOPULAR.COM.BR

**LIVRARIA EXPRESSÃO POPULAR - RUA ABOLIÇÃO, 201 -
BELA VISTA SÃO PAULO SP - CEP: 01319-010**

**TEL: 11 3105-9500 - 3522-7516 - 4063-4189
LIVRARIA@EXPRESSAOPOPULAR.COM.BR**





>> *De mãos dadas com o povo*

Por Riquieli Capitani | Fotos Comunicação MST/PR

Há mais de 10 anos foi criada a primeira Escola Itinerante do estado do Paraná, batizada de Escola Chico Mendes

Na madrugada gelada do dia 17 de abril de 1996, cerca de 3 mil famílias marcharam rumo à Fazenda Giacometti Marondin, no município de Rio Bonito do Iguaçu, no Paraná.

Acampadas ao lado da rodovia BR- 158, os Sem Terra montaram o Acampamento “Buraco”, e foram transformando o local, de aproximadamente 83 mil hectares de plantação de pinus, num espaço de esperança, sonho e no maior acampamento da América Latina.

Eram poucas as escolas em Rio Bonito do Iguaçu, município de 6 mil habitantes, e não comportavam a quantidade de crianças e jovens Sem Terra. Por isso, fez-se necessário pensar em

algo que pudesse suprir essa necessidade. A solução encontrada foi alfabetizar os acampados na própria área do acampamento, feito por quem tinha mais escolaridade.

A condição precária obrigou os Sem Terra a se deslocarem para a sede da fazenda, onde começaram a usar o barracão como salas de aula. Ali, se formaram as primeiras escolas: Vanderlei das Neves e José Alves.

Em 1998, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) desapropriou 16.800 hectares de terras da Fazenda Giacometti para assentar mais de 900 famílias. Surgiu assim o assentamento Ireno Alves dos Santos. Porém, restavam ainda 606 famílias, as quais se transferiram para outro local

da área, chamada de Paraíso, onde se criou o Assentamento Marcos Freire.

Da concretização do sonho com a conquista da terra, surge a necessidade de estruturar a educação. Foi quando os trabalhadores conquistaram o Colégio Estadual Iraci Salete Strozack, numa época em que a política educacional do estado é marcada pela desconstrução da escola pública.

Logo que saiu o Assentamento Marcos Freire, a escola ficava muito distante da sede e os alunos assentados se atrasavam. Os Sem Terra avaliaram que precisavam ter uma escola mais próxima, e assim foi construído o Colégio Iraci Salete Strozack, na comunidade do Centrão.

A escola iniciou num barracão, levantado provisoriamente, onde as salas não eram divididas e as turmas ficavam nos quatro cantos. Algumas turmas tinham aulas dentro do ônibus ou debaixo de árvores.

Como o espaço era muito precário, não comportava todos os alunos e a escola não era reconhecida oficialmente, pais, professores e alunos ocuparam, em 1999, a Vila Velha, uma estrutura da Eletrosul da Usina Salto Santiago, abandonada após a conclusão da obra, mas que ainda restavam estruturas, aproveitadas para a instalação da escola.

Com materiais de doação das antigas casas, os assentados conseguiram organizar uma sala de aula, e a escola começou a funcionar. A precariedade, entretanto, era enorme: a falta de luz foi subs-

“A escola iniciou num barracão, levantado provisoriamente, onde as salas não eram divididas e as turmas ficavam nos quatro cantos.”

“No estado paranaense existem nove Escolas Itinerantes, e todas estão vinculadas à Escola Base Iraci Salete Strozak, em Rio Bonito do Iguaçu

tituída por um gerador, que fornecia energia por algumas horas; a água era outra dificuldade, mas logo foi organizada. Com isso, os pais e educandos foram construindo as estruturas aos poucos para poderem estudar.

Em 2000, o Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak passa a funcionar em dois períodos com oito turmas. Em 2003, ele se muda para as instalações atuais, na comunidade Centro Novo, no Assentamento Marcos Freire.

Hoje, o colégio tem educação infantil, fundamental, ensino médio e o curso de Formação de Docentes (magistério), lecionado desde 2005. Além da sala de aula, são desenvolvidas atividades extracurriculares, como teatro, dança, banda, judô e experimentos com agroecologia. Os estudantes também participam de outros espaços, tempos e atividades formativas dentro do MST, e o colégio tem construído uma relação com universidades e sindicatos.

A área total da escola é de 6.767 metros, onde foi construída biblioteca, secretaria, sala de direção, sala multifuncional, sala dos professores, de informática, laboratório de ciências, cozinha, refeitório, banheiros, nove salas de aulas, quadra de esporte e uma pista de salto em distância. Porém, toda essa estrutura ainda não é suficiente para atender aos 460 educandos matriculados na escola base e os 940 das itinerantes.

“Desde 2006 há uma luta para a construção de quatro salas de aula. Nas negociações e mobilizações que são feitas muito se fala, mas não tem sido suficiente para garantir esses espaços”, comenta o

vice-diretor do Colégio, Rudison Luiz Ladislau.

A infraestrutura é apenas um dos limites encontrados no funcionamento da escola. O outro é a rotatividade dos professores, o que dificulta o entendimento da proposta de educação e limita as ações no dia a dia da escola.

“Também temos enfrentado o limite do trabalho com o tempo reduzido de aula, muitas vezes, escasso. Por exemplo, em 2013 foram 51 dias de chuva,



que aliado à precariedade das estradas, impossibilitaram a circulação do transporte escolar nesses dias. Também temos os atrasos diários em algumas linhas de ônibus, variando de 15 a 45 minutos, que na soma no final da semana, mês ou ano, fazem grande diferença, desperdiçando um tempo significativo”, conta Ladislau.

Por outro lado, segundo Ladislau, se observa avanços em outros pontos, como na auto-organização dos estudantes, na própria compreensão e experimentação dos complexos de estudos, desde a organização dos núcleos setoriais, na assembleia do colégio e dos Conselhos de Classes Participativos. Além disso, o fortalecimento do coletivo pedagógico e da unidade dos professores e funcionários.

Como explica Ladislau, o diferencial do colégio

as disputas dentro da escola, juntamente com a comunidade escolar”, afirma.

Para a estudante do 2º ano do curso de formação de docentes, Deise Mari da Costa, a Iraci tem um diferencial muito grande das demais escolas em vários aspectos. “Além de ser a base das escolas itinerantes, ela é voltada para o campo. Os alunos têm voz para dar suas opiniões e se expressar; os educadores não vêm só ensinar, eles se preocupam com o bem

estar do aluno, se tornando mestres; a escola oferece projetos, hemeroteca, rádio, momento cívico, formação e outras. A escola nos prepara para a sociedade”, acredita.

Escola Base das Itinerantes

Lá se vão mais de 10 anos desde a primeira Escola Itinerante do estado do Paraná, inaugurada em 30 de outubro de 2003, em Quedas do Iguaçu. Batizada de Escola Chico Mendes, no acampamento José Abílio dos Santos, a escola foi construída coletivamente pelas próprias famílias do MST.

O objetivo é garantir aos acampados, crianças, jovens e adultos o acesso de qualidade à educação, formando um sujeito Sem Terra consciente, crítico e capaz de propor novas alternativas ao atual modelo de sociedade, mesmo com todas as dificuldades que se tem nos acampamentos.

Embora no MST a luta para garantir a educação em áreas de acampamentos sempre existiu, como explica os Sem Terra, no Paraná essa conquista só se deu no dia 8 de dezembro de 2003.

Foram necessárias sucessivas reivindicações e diálogos realizados entre o Movimento e o governo do estado junto à



Iraci Salete é o Projeto Político de Educação da classe trabalhadora. “O colégio nasceu da luta e continua vivendo da luta dos trabalhadores, pois apresenta um projeto político de educação que faz a crítica a esse sistema vigente, à forma escolar que está colocada, e a partir daí, apresenta uma proposta voltada para formação de lutadores e construtores. Isso só é possível com a constituição de um núcleo que faz

“Tinha muitas crianças de pais acampados. Então começamos a ver quem tinha habilidade no ensino e a organizar as aulas



“Além da sala de aula, são desenvolvidas atividades como teatro, dança, banda, judô e experimentos com agroecologia

Secretaria de Estado da Educação (SEED) para que a Escola Itinerante fosse reconhecida e aprovada. Assim, elas se tornaram escolas públicas que compõem a rede estadual de ensino.

Para Ritamar Andreetta, educadora do Colégio Iraci Salete, a Escola Base é uma conquista importante para os trabalhadores Sem Terra, resultado da luta pela Reforma Agrária entrecruzada com a luta pela educação e escola.

“O povo está na terra porque lutou por ela, não foi nenhum fazendeiro que doou, muito menos governo. Ela é conquista de uma luta, não a luta de um sujeito, mas de vários sujeitos lutando pela Reforma Agrária em seu âmbito geral, onde se inclui o direito à educação de qualidade e à escola no campo e para o campo”, observa.

Um dos coordenadores do setor de educação do MST no Paraná, Alessandro Mariano, comenta que a Escola Itinerante é fundamental para a vida dos acampados, e aponta três aspectos que devem ser levados em consideração.

“O primeiro é garantir o direito à educação. O



povo Sem Terra precisa ter acesso à escola estando no acampamento, em condição de luta; o outro ponto é pensar e construir a escola no sentido mais amplo de formação humana, desde o cultural, político, social e econômico; por fim, é necessário que fique

claro que ela é uma escola do MST e pública, que exige políticas que garantam o seu funcionamento. Ou seja, o governo precisa e deve investir nela.”

Vanderleia Alves Fortes, da coordenação da Escola Itinerante Maria Aparecida Rosignon, localizada no Assentamento Eli Vive, em Londrina, comenta que a Escola Itinerante é sempre vinculada à realidade dos educandos. “Nossa escola anda sempre com o povo. Ela tem a liberdade de acompanhar as famílias, buscando dar a oportunidade do estudo a todos, alfabetizar as pessoas desde o ensino infantil ao ensino médio. Por isso, ela se chama escola itinerante, pois anda junto com as famílias acampadas e está veiculada a realidade, aos espaços de luta e resistência.”

“Acredito que a Escola Base e as Escolas Itinerantes são umas das poucas experiências que temos no Brasil que apresentam uma concepção de educação que fazem de fato a crítica ao sistema capitalista, que contribuem para a formação e organização da classe trabalhadora. São resistência e uma possibilidade de mudança na vida escolar”, afirma Ladislau.

Garantia de aprendizado

Por ser da luta e se movimentar com ela, a escola itinerante tem de estar vinculada legalmente a uma escola base, que é a responsável por sua vida funcional: matrículas, certificação, verbas, acompanhamento pedagógico etc.

Geralmente, a escola base se localiza em um assentamento do MST, referenciando-se no projeto educativo do Movimento. No estado paranaense existem nove Escolas Itinerantes, e todas estão vinculadas à Escola Base Iraci Salete Strozak, em Rio Bonito do Iguaçu.

Maria Helena Lino, educanda da escola itinerante Cidinha, comenta ter orgulho de estudar na escola que ajuda a construir. “Tudo é coletivo, tenho uma vida parecida com os demais. É tudo de igual pra igual, é uma comunidade onde todos se conhecem”, aponta.

Para Vanderleia, “a escola itinerante é a construção coletiva dos Sem Terra, é a melhor condição que o próprio Movimento criou para poder alfabetizar e estudar. É a oportunidade de garantir o aprendizado dos acampados, representa todos os sonhos das famílias, a possibilidade de educar os filhos a partir do que vivem cotidianamente e de construir uma escola diferente”.



>> 17 anos de história

As experiências das escolas itinerantes vêm desde a década de 1980, quando foram construídas as escolas no Acampamento da Encruzilhada Natalino, no Rio Grande do Sul, ainda denominadas na época de “Escolas de Acampamentos”.

A existência dessa prática educativa garantiu a escolarização de muitas crianças e adultos, permitindo que esta experiência fosse reconhecida pelos órgãos públicos do Rio Grande do Sul em 19 de novembro de 1996. Sendo assim, no mês de novembro desse ano serão completados 17 anos desde que a primeira Escola Itinerante foi aberta num acampamento do MST.

A escola itinerante foi aprovada em seis estados brasileiros: Rio Grande do Sul (1996), Paraná (2003), Santa Catarina (2004), Goiás (2005), Alagoas (2005) e Piauí (2008), mas hoje só estão em funcionamento nove escolas no Paraná e três no Piauí.

No Paraná, desde 2003, 18 escolas itinerantes já existiram, dez delas ainda estão em funcionamento, as outras fecharam por deixar de ter demanda ou se tornaram escolas municipais.



>> *A necessidade faz a luta*

Por Antônio Kanova e Solange Engelmann | Fotos Leonardo Melgarejo e Michel Paz Cortez

Criada há cerca de 20 anos, o Iterra desenvolve experiências desde cursos técnicos, passando pelo EJA e Ensino Superior

As curvas sinuosas da serra gaúcha levam à pequena cidade de Veranópolis. Neste município de temperaturas frias, de pequenos agricultores e produção vinícola, localiza-se a primeira escola formal do MST, o Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC). Pres-tes a completar 20 anos, o IEJC, conhecido como Iterra, tornou-se referência na formação técnica e humana dos movimentos sociais do campo.

A experiência começou a ser gestada em Braga, no norte do Rio Grande do Sul, em 1993, em parceria com outros movimentos sociais. O Instituto fica na escola Uma Terra de Educar, e foi criado em parceria com o Fundo de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Ceileira do Rio Grande do Sul (FUNDEP).

O seu surgimento está relacionado aos primeiros assentamentos conquistados na segunda metade de 1980, com a retomada da luta pela terra na região, que exigiam das famílias Sem Terra a capacidade de organizar a produção e as novas cooperativas que surgiam.

Nesse sentido, foram criados os cursos de Técnico em Administração de Cooperativas (TAC), em 1993. “Quando criamos o TAC, tinha a necessidade de preparar pessoas que já estavam nas cooperativas, em especial as Coletivas de Produção Agropecuárias (CPAs)”, explica Adalberto Parda Martins, coordenador do curso.

Dessa forma, o TAC é construído a partir das demandas e definições estratégicas do MST, procurando fazer o contraponto ao modelo de produção agrícola ligado ao agronegócio. Por conta disso e da necessidade de produção de alimentos saudáveis, o Movimento sentiu a necessidade de reestruturar a grade curricular do curso a partir dos anos 2000.

“O TAC tem como desafio ajudar a nossa organização a compreender que no atual estágio da Reforma Agrária Popular, ou nós avançamos para

além da discussão da função social da terra ou não sairemos do lugar”, coloca Martins.

Para o coordenador do TAC, a Reforma Agrária Popular apenas se tornará realidade com o enfrentamento do modelo do agronegócio e a criação de outro sistema de produção agrícola no país. “Essa terra li-

bertada do latifúndio tem que ter uma função social que não passa pela produção de commodities. Estamos falando de um modelo que tem com pilar a agroecologia, cooperação agrícola, agroindustrialização, educação e a democratização da terra”.

Esses desafios fizeram com que a estrutura da escola fosse além da sala de aula. Atualmente o IEJC conta com uma horta, uma agroindústria para o processamento de frutas e um panifício, para a produção de massas e pães. Além de garantir o abastecimento próprio da escola, estes espaços também são utilizados para a capacitação técnica

“Há uma busca de qualificar nossa militância, inserida nos processos de produção primária agroecológica e na condução dos instrumentos econômicos”

dos educandos, em oficinas e nas disciplinas.

Os cursos de formação técnica oferecidos pelo instituto não se limitam à dimensão produtiva, mas também trabalham com a gestão dos empreendimentos. “Há uma busca de qualificar nossa militância, inserida nos processos de produção primária agroecológica e na condução dos instrumentos econômicos, para que se qualifiquem na gestão, no processamento e na agroindustrialização”, sustenta Martins.

A necessidade de suprir a demanda pela escolarização também levou o surgimento das turmas de Magistério, Saúde Comunitária, Comunicação Popular e Educação de Jovens e Adultos (EJA), com qualificação profissional em Agroindústria, e o curso de Gestão para empreendimentos e técnicos envolvidos no projeto Terra Forte. O objetivo é construir experiências de uma nova forma de organizar o campo, a produção de alimentos e a relação social, mediada pela cooperação agrícola. O desenrolar desse processo permitiu que fossem desenvolvidas parcerias com instituições de Ensino Superior, surgindo cursos de Pedagogia, Licenciatura em Educação do Campo, especialização em Ciências Humanas e Sociais e Licenciatura em História, este último conquistado em 2013.

Trabalho de sobra

Ana Paula Muller, de 19 anos, formada na 12ª turma do TAC, em 2013, acredita que para a maioria dos filhos dos assentados, o curso representa um proces-

so de preparação para a inserção na organicidade no MST e na compreensão do seu funcionamento.

Após se formar no TAC, Ana Paula atua na Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (Cootap), localizada no assentamento Integração Gaúcha, no município de Eldorado do Sul (RS).

Já a paranaense Cassiana Macedo, de 19 anos, ingressou na turma seguinte à de Ana Paula e concluirá seu curso em dezembro de 2014. Cassiana se diz ansiosa em contribuir de imediato com a organização do seu assentamento, batizado de Eli Vive, em Londrina. Sua família foi acampada por nove anos,

passando por seis acampamentos e inúmeros despejos. Neste período, conseguiu estudar seis anos em escolas itinerantes. Todas estas dificuldades, porém, motivaram Cassiana no estudo e na capacitação.

“Todo o conhecimento que adquiri durante meus anos de estudo quero devolver às famílias que lutam pela terra, que sofrem as mais diversas injustiças, passando necessidade e fome para garantir aos filhos o direito de produzir e sobreviver da terra”, diz.

Para a estudante, há muita demanda reprimida e espaço para o trabalho dos jovens técnicos. “Todos os assentamentos necessitam de pessoas e técnicos que possam contribuir no desenvolvimento das comunidades”, afirma. Agora, sua preocupação é desenvolver projetos que ajudem na comercialização da produção das demais famílias assentadas, suprimindo a demanda

“O seu surgimento está relacionado aos primeiros assentamentos conquistados com a retomada da luta pela terra na região”



>> 20 anos na formação de trabalhadores Sem Terra

Em 2015, o IEJC completa 20 anos de história enquanto um centro de formação técnica e política dos trabalhadores do MST e militantes de movimentos sociais do campo. Ao longo destes anos, o Instituto recebeu mais de 3 mil educandos em diversos cursos técnicos, preparando militantes a lidar com as técnicas e o meio rural.

Também abrigou a realização de duas turmas de graduação em Pedagogia, em parceria com a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), uma turma de Licenciatura em Edu-

cação do Campo com a Universidade de Brasília (UnB) e, atualmente, a Licenciatura em História com a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e a Especialização em Ciências Humanas e Sociais em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

A experiência pedagógica da escola se encontra descrita no livro "Escola em Movimento", organizado por Roseli Caldart e lançado em 2013 pela editora Expressão Popular.

de beneficiamento e venda da produção.

Tanto Cassiana quanto Ana Paula se distinguem dos primeiros estudantes do Iterra. Nos primeiros cursos, o perfil majoritário dos alunos eram adultos que lutavam pela terra ou estavam iniciando a organização dos assentamentos e/ou estruturando-o economicamente. Hoje, são os filhos e netos dessas pessoas que participam dos cursos, uma juventude que tem buscado o ensino médio, com enfoque na formação técnica e a participação nos movimentos sociais do campo.

"Essa militância que passa ao longo dos cursos tem uma preparação para a inserção no MST e na militância social. Conseguimos prepará-los melhor, ampliando a sua visão de mundo, trabalhando o seu espírito crítico e, em algum sentido, qualificando-os melhor para uma ação organizada", conclui Martins.



Segundo Martins, os cursos do Iterra estão sustentados em três pilares: escolarização, formação técnica e formação humana. Para conciliar teoria e prática entre escola e comunidade, o Iterra adotou a pedagogia da alternância. Assim, a vivência dos estudantes é organizada entre o tempo escola, concentrado e em internato, e o tempo comunidade, nos locais de origem e vivência dos educandos.

O tempo escola ainda é dividido entre o tempo aula, dedicado ao estudo das disciplinas escolares sob orientação dos educadores, e o tempo trabalho, quando se garante a manutenção e organiza-

ção material da escola. Os educandos ainda têm a responsabilidade de exercer a co-gestão da escola, elaborando e aprovando os orçamentos mensais a partir de suas unidades de trabalho.

No tempo comunidade o educando retorna para sua residência ou área de atuação. Esse é o período prático do curso, onde cada um aplica os conhecimentos adquiridos ao longo das etapas. Com base nessa metodologia, a escola passa a ser o laboratório experimental dos educandos, onde criam novas experiências de organização que possam servir como modelo.



Expediente

Revista Sem Terra | Caderno de Experiências Cultivar N° 02 | Movimento Sem Terra – MST

Coordenação Instituto Cultivar: Cássia Figueiredo Bechara | **Tesouraria:** Juliana Fernandes da Costa | **Secretaria:** Rogério Paulo Ferreira

Coordenação Coletivo de Projetos Internacionais: Ísis Campos | **Secretaria:** Gil Alvarenga
Projeto: Letícia Barqueta e Lucas Tinti

Editor: Luiz Felipe Albuquerque | **Projeto gráfico:** Rafael Stedile.

Colaboraram nesta edição: Antônio Kanova, Gustavo Marinho, Guy Zurkinden, Heriberto Paredes, Ismael Machado, José Coutinho Júnior, Leonardo Melgarejo, Luiz Mario Santana, Michel Paz Cortez, Riquieli Capitani, Solange Engelmann e Raimundo Pacó | **Revisão:** José Coutinho Júnior e Maura Silva.

Endereço: Al. Barão de Limeira, 1.232 - Campos Elíseos – 01202-002 - São Paulo – SP
(11) 2131-0850 | imprensa@mst.org.br | www.mst.org.br





FECHAR ESCOLA É CRIME

Campanha nacional contra o fechamento e pela construção de escolas no campo



2014